

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
CAMPUS DE BOTUCATU

DESENVOLVIMENTO MORAL: ATIVIDADES E
REFLEXÕES COM ALUNOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

EDUARDO GABRIEL DOMINGUES

Orientadora: Prof^a. Dr^a. LUCIANA M. LUNARDI CAMPOS

BOTUCATU-SP

2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
CAMPUS DE BOTUCATU

DESENVOLVIMENTO MORAL: ATIVIDADES E
REFLEXÕES COM ALUNOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

EDUARDO GABRIEL DOMINGUES

Orientadora: Prof^a. Dr^a. LUCIANA M. LUNARDI CAMPOS

Relatório de instrumentação
apresentado ao Departamento de
Educação do Instituto de Biociências –
UNESP/Botucatu, como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Licenciado em Ciências Biológicas.

BOTUCATU-SP

2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA SEÇÃO TÉCNICA DE AQUISIÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - CAMPUS DE BOTUCATU - UNESP
BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL: Selma Maria de Jesus

Domingues, Eduardo Gabriel.

Desenvolvimento moral: atividades e reflexões com alunos de educação especial / Eduardo Gabriel Domingues. – Botucatu: [s.n.], 2008.

Trabalho de conclusão (licenciatura – Ciências Biológicas) –
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Botucatu, 2008
Orientadora: Luciana M. Lunardi Campos

1. Ciências biológicas - Ensino 2. Educação especial 3. Aluno com
deficiência - Integração

Palavras-chave: Educação especial; Julgamento moral

DEDICO

A todas as pessoas que me propiciaram o direito de desfrutar de momentos mágicos e enriquecedores. Em especial significância aos meus pais, a minha avó e aos meus irmãos de república.

“Também achava que era certo matar cobras, insetos e outros bichos. Lembro-me de que matava formigas, aranhas e escorpiões como se fosse um dever. Uma coisa, entretanto, enraizou-se profundamente em mim: a convicção de que a moralidade é a base de tudo na vida, e que a verdade lhe dá substância” (Gandhi)

AGRADEÇO

À minha orientadora, Luciana M. Lunardi Campos, por sua paciência e imprescindível norteamento para o desenvolvimento da minha monografia.

A todos os funcionários da Escola de Educação Especial, sem os quais eu não poderia desenvolver meu projeto. Em especial, à professora T. que se mostra muito comprometida com o ato de ensinar.

Aos alunos participantes das minhas atividades, por me realçarem a grandeza de respeitar o próximo.

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO	
Moral e desenvolvimento moral: algumas considerações.....	10
Desenvolvimento moral, educação moral e a escola.....	17
Escola, desenvolvimento moral e crianças com necessidades especiais.....	19
A PROPOSTA.....	21
PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES.....	24
DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES.....	34
DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

RESUMO

Pouco ou muito pouco se aborda sobre o julgamento moral nas escolas, sendo este tema, muitas vezes, ignorado ou transferido para os pais e para a sociedade, isentando a escola do compromisso de lidar com conflitos e discussões acerca do tema. No entanto, considera-se que a escola pode contribuir para o desenvolvimento moral dos alunos. O presente trabalho teve por objetivo elaborar, desenvolver e avaliar uma proposta visando observar e favorecer o desenvolvimento moral de alunos de uma escola especial. A proposta foi dividida em planejamento, desenvolvimento e análise das atividades. Para o planejamento foram realizadas observações, definidos os princípios e elaborado as atividades a serem realizadas. No desenvolvimento das atividades, visamos favorecer aspectos do desenvolvimento moral das crianças. Na análise das atividades, identificamos indicativos de alterações no comportamento de cooperação com os amigos e atendimento de regras.

Palavras-chave: julgamento moral, educação especial

APRESENTAÇÃO

Meu interesse em desenvolver a monografia sobre o julgamento moral surgiu quando realizei um estágio de observação durante duas semanas, no mês de fevereiro de 2007, em salas de aulas da APAE de Tatuí.

Nesse estágio, pude acompanhar aulas de professores em diferentes salas de aula e perceber que os alunos pouco ou quase infimamente discutiam, entre eles e com os professores, as regras. Por meio de diálogos com professores e alunos constatei, ainda, que não havia um pré-estabelecimento de regras no início do ano letivo e muito menos no decorrer do ano.

Esta constatação mobilizou-me para um tema inteiramente novo para mim e procurei buscar realizar leituras sobre o assunto, visando o desenvolvimento da minha monografia.

No momento da definição do plano de estágio, apresentei meu interesse e a proposta de realizar atividades com os alunos de uma Escola Especial surgiu da minha orientadora da monografia, Professora Luciana, do Departamento de Educação-UNESP-Botucatu.

Aceitei o desafio, compreendendo que se faz necessário um trabalho pedagógico com um grupo e não somente com um indivíduo, pois estamos inseridos numa sociedade e seguimos determinadas regras para melhor convívio social e que o exercício de relações interpessoais facilita a compreensão da dinamicidade da sociedade e requer que indivíduo passe por etapas, para adquirir sua autonomia, auxiliado por um mediador, que no caso na escola é o professor.

INTRODUÇÃO

Moral e desenvolvimento moral: algumas considerações

A moral pode ser compreendida como um conjunto de regras de conduta admitidas, a partir de relações interpessoais, por um dado grupo de homens e em uma dada época (ARANHA E MARTINS, 2003).

Neste sentido, reconhece-se a necessidade de um conjunto de regras que determinem como sendo apropriada ou não a conduta dos indivíduos em dado grupo social. As normas, que são preponderantes para as vivências coletivas, conduzem para a organização moral coletiva através de interdições por meio de regras de condutas pré-estabelecidas pela sociedade. Para melhor convívio, se faz necessário o acatamento pessoal às normas, ou seja, uma aceitação e cumprimento individual das regras morais. Entende-se que o comportamento moral é dinâmico, flutuante e em constante transformação, em função dos costumes, das organizações coletivas e ambientes de trabalho. Ele depende das necessidades das formas de relacionamento e de trabalho, e também sofre acomodação conforme a época temporal e local. Ou seja, à medida que ocorre o processo de transformação do ambiente em que se vive, regras do comportamento moral coletivo podem ser alteradas, caracterizando a maleabilidade dos amoldamentos do conjunto de regras construídas ao longo das relações sócio-históricas. Reconhece-se que a moral se faz presente na sociedade, por meio de valores expressos em atos e comportamentos (adequados ou não), ou seja, moral ou imoral é definido conforme as normas estabelecidas. Os valores morais são transmitidos por meio da cultura dos seres humanos e, constantemente, ao longo da história, questionados pela ética. (ARANHA E MARTINS, 2003).

O ato moral provoca efeitos não apenas no indivíduo e sim na sociedade como um todo e consiste numa ação voluntária que o indivíduo realiza tendo em foco um objetivo coletivo final, ou seja, o compromisso de cumprimento de determinadas ações que implicam responsabilidade pelos seus próprios atos. Tal ação moral requer reciprocidade, respeito mútuo e responsabilidade do dever. O dever se baseia na finalidade dos atos visados pelo indivíduo, embasando-se na necessidade de acatamento das regras coletivas e tendo por base que para a vivência em grupos é necessário

respeito entre as pessoas e retribuição das ações coletivas para que as normas estabelecidas tenham fundamento e sejam cumpridas. (ARANHA E MARTINS, 2003)

Para Kant (apud ARANHA E MARTINS, 2003) a ação moral é fundamentada exclusivamente na razão. A partir dessa, o indivíduo segue leis morais universais que são produto da razão e não da subjetividade humana, ou seja, não o homem sensível e sim o racional.

As leis universais são seguidas para que se tenha um respeito mútuo coletivo como dito por Kant:

“Aja de tal modo que a máxima de tua ação possa sempre valer como princípio universal de conduta”; “Aja de tal modo que trates a Humanidade, tanto na tua pessoa como na do outro, como fim e não apenas como meio” (apud ARANHA E MARTINS, 2003, p.354).

O indivíduo é livre para agir, isso considerando sua autonomia adquirida, justificada racionalmente e não pela imposição externa indiscriminada, ou seja, pela heteronomia. Porém, o indivíduo não age inconscientemente e sim embasado no dever admitido por ele e em princípios da consciência moral universal, como colocado por Kant: *“não se deve admitir uma espécie particular de sentimento que seria exterior à lei moral e lhe serviria de fundamento”* (apud DE LA TAILLE, 1992, p.65). Tais princípios estão engendrados na razão e é importante salientar aqui que para tal liberdade deve-se levar em conta a responsabilidade de seus próprios atos.

Na perspectiva de Kant (DALBOSCO, 2004), a moralidade se desenvolve embasada na razão, através da aquisição autônoma de leis morais conseguidas através do exercício intelectual do indivíduo.

O desenvolvimento racional do hábito de respeitar leis e normas, por meio de princípios, é adquirido constantemente ao longo da vida do indivíduo, principalmente na fase de criança por meio de respeito por pequenos hábitos e, quando já se é adulto ocorre uma melhor avaliação da responsabilidade de suas ações e as conseqüências destas na vida moral (FREITAS, 2002).

A formação moral precisa ter início na infância do indivíduo, por meio do hábito disciplinar, geralmente aplicado por pais e professores, para o preparo do caráter da

criança, visando o futuro. Essa formação do caráter é embasada na cultura moral da sociedade, como dito por Kant: “*A primeira tarefa da cultura moral é lançar as bases da formação do caráter*” (apud DALBOSCO, 2004), que determina as possibilidades de ações com base em normas e leis.

O indivíduo pode exercitar a sua consciência moral universal para melhores relações interpessoais por meio do desenvolvimento e do constante aprimoramento do ato de pensar.

Para Piaget, o desenvolvimento do indivíduo ocorre concomitantemente ao moral e é por meio da passagem pelos estádios de desenvolvimento cognitivo, que o ser humano, com bases na prática moral já estabelecida, interage com o meio social, através de princípios (PIAGET, 1994).

Para esse autor, a moral da criança não é inata, assim como a afetividade e inteligência, e sua formação se faz através de estágios em que a criança organiza o pensamento e o julgamento (BEE E MITCHELL, 1986).

No primeiro estágio, Sensório-motor, há a descoberta do mundo pelo bebê e a sua anômia, ou seja, ausência de leis. No segundo, Intuitivo ou Simbólico, ocorre o aumento da lógica infantil resultante da descoberta do símbolo, por exemplo, a linguagem. Nessa segunda fase, começa a ser visto na criança uma abordagem do ponto de vista moral, no início do estágio ocorre uma relutância em aceitar as regras do convívio social e, aos poucos, a criança passa a aceitar as normas exteriores caracterizando, assim, sua heteronomia. No terceiro estágio, Operações Concretas, a criança apresenta pensamentos mais coerentes e realiza construções lógicas mais aprimoradas, acarretando a capacidade de interiorizar ações, desde que apresentando ainda lógica intuitiva e não somente a operatória. O último estágio, Operações Formais, abrange a adolescência e nele o pensamento lógico atinge determinado nível que possibilita a compreensão do abstrato através de hipóteses. O amadurecimento do pensamento hipotético-dedutivo leva o indivíduo a aumentar sua capacidade de reflexões, dando, assim, condições para o amadurecimento moral, pela organização autônoma das regras e pela livre deliberação (ARANHA E MARTINS, 2003).

Para Piaget (1994, p.23) “*Toda moral consiste num sistema de regras e a essências de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras*”.

Segundo Piaget (1994), a regra é vista pelas crianças mais novas como uma realidade sagrada, por ser tradicional e, geralmente, é colocada por um indivíduo mais velho; já para as crianças mais avançadas na idade a regra começa a ser acatada por um acordo mútuo entre os indivíduos. E a apropriação de regras auxilia no desenvolvimento da realidade moral da criança. Tal apropriação ocorre através de instruções que um indivíduo recebe do outro e aquele que recebe as orientações, geralmente o mais novo, deve aceitá-la e respeitá-la.

As relações sociais de coação baseadas em normas, estabelecidas por autoridades, geralmente por mais velhos ou adultos, que focam o “Bem”, possibilitam o desenvolvimento de um pensamento moral heterônomo (ocorre no segundo estágio da teoria piagetiana) e relações de cooperação, por implicarem respeito mútuo, levam ao desenvolvimento de uma moral autônoma, através da assimilação racional de normas acatadas por todos os indivíduos que se inter-relacionam. Tais relações de cooperação embasam-se em trocas de pontos de vistas, em reconhecimento do outro e respeito das diferenças. A coação moral e o respeito unilateral impõem crenças ou regras pré-estabelecidas para serem acatadas pelo grupo. Já a cooperação e respeito mútuo propõem um método de controle recíproco, de avaliação no campo intelectual de discussão e de justificação no domínio moral (PIAGET, 1994).

Piaget (1994) destaca o papel dos jogos no desenvolvimento moral. Segundo ele, por meio dos jogos, o indivíduo procura satisfazer seus interesses motores ou a sua fantasia simbólica, que posteriormente propicia a criação de suas regras individuais, com base nas condutas no meio em que vive. A regra motora, resultado do sentimento de repetição pelo bebê, nasce pela ritualização dos esquemas – unidades estruturais básicas de pensamento ou de ação que se modifica perante dadas situações, que promove o enriquecimento do repertório mental e comportamental do indivíduo - e adaptação motora – habilidade adquirida para enfrentar situações entendidas como adversas. As regras ao respeito unilateral podem ser adotadas pelas crianças imitando os adultos, ou seja, adotadas pelas colocações do meio. Quando a criança se apossa de situações do meio social sem diferenciação entre o que é seu ou do meio caracteriza o egocentrismo infantil, nominado por Piaget.

As regras dos jogos são importantes meios de aquisição da noção de dever, este consiste na aceitação das instruções recebidas do exterior pela criança que se encontra num estado de heteronomia. Um aprimoramento do respeito por regras de jogos ocorre

através da aquisição do sentimento de justiça e honestidade, provenientes de acordos mútuos. A melhor harmonia entre os indivíduos ocorre quando o dever (obrigações) se cumpre e a justiça (meta, ideal) se faz. Respeitar os deveres é uma condição necessária para que haja um respeito mútuo. Este, por sua vez, se faz necessário para construção da autonomia moral, substituindo as normas de autoridade pelas normas imanescentes às próprias ações e consciência, que é a reciprocidade (PIAGET, 1994).

Segundo Piaget (1994, p. 116), a mentira é considerada “*é uma falta moral que cometemos por meio da linguagem*” acarretando a perda ou a desconstrução da confiança mútua. Essa falta moral é vista em crianças mais novas como propensão aos valores quantitativos e nos maiores (aproximadamente acima de dez anos) com tendência aos valores qualitativos, ou seja, os menores levam em conta apenas o resultado dos atos e nos maiores fica considerada a intenção dos atos. O mesmo ponto de vista é observado em relação do desajeitamento (acidente, por exemplo, quebrar um copo sem intenção) e do roubo (que consiste num ato intencional). Quando a criança descobre que a veracidade é necessária para as relações começa perceber a necessidade de respeito mútuo, ou seja, ocorre uma necessidade interior de tratar os semelhantes como gostaria de ser tratado.

Pela aquisição do senso de cooperação é que a criança perceberá a necessidade de não mentir para uma relação harmoniosa em grupo. Isso é visto por Piaget como a presença, a partir de processos formadores, de morais distintas que se sucedem e não são considerados estágios propriamente ditos. O primeiro processo consiste na coação moral do adulto que resultará na heteronomia da criança; e o segundo consiste na cooperação que resultará na autonomia (PIAGET, 1994).

A regra de justiça, ou o que vem a ser justo, pode ser entendida como condição obrigatória para o equilíbrio das relações sociais.

O desenvolvimento de noções de justiça requer respeito mútuo e solidariedade entre as crianças, e se desenvolve em função a idade mental da criança, isso sendo que a idéia de justiça é conseguida quando a criança já detém um grau muito avançado de autonomia.

A interpretação pela criança de fatos que requerem um senso de justiça ocorre por meio de sanções, definidas por Piaget, como sendo justiça expiatória e por reciprocidade. A justiça expiatória ocorre principalmente em crianças maiores e é tida por elas como sendo uma punição que seja análoga a sua falta cometida para que

compreenda o seu ato. Já a justiça expiatória ocorre preferencialmente em crianças menores e é tida por elas através de punições que são mais severas e nem sempre compatíveis com o mal feito, ou seja, o melhor castigo, considerado por elas, seria o mais severo para fazer sentir-lhe a gravidade de sua falta. Porém, estudo realizado por Piaget retrata que o castigo nem sempre é a melhor solução:

“para os pequenos, a criança bem punida não poderia reincidir, porque compreendeu a autoridade exterior e coercitiva da regra, enquanto para muito dos maiores, a criança à qual fizemos compreender, mesmo sem punição, o alcance dos seus atos, é menos levada a reincidir do que se limitássemos a castigá-la” (PIAGET, 1994, p.176).

A idéia de justiça é embasada na evolução da moral da autoridade- do dever e da obediência às regras para a moral do respeito mútuo-, adquirida através da autonomia. Isso ocorre através de progressos na vida social com dito por Piaget em

“O senso de justiça só se desenvolve na proporção dos progressos da cooperação e do respeito mútuo, de início, cooperação entre crianças, depois cooperação entre crianças e adultos, na medida em que a criança caminha para a adolescência e se considera, pelo menos em seu íntimo, como igual ao adulto” (PIAGET, 1994, p.239).

Pensando-se em obediência as regras se pode inferir que o indivíduo, pertencente a uma sociedade, em inúmeros casos, nem sempre pode agir conforme suas vontades, pois necessita considerar o interesse coletivo, ou seja, deve agir em prol de interesses universais, acatando determinadas regras, as quais nem sempre está de acordo, para uma possível convivência harmoniosa em sociedade.

Lawrence Kohlberg difere de Piaget (BEE E MITCHELL, 1986) e não estabelece paralelismo entre o desenvolvimento moral e o desenvolvimento cognitivo, centrando seu interesse na tomada de decisões e no julgamento baseado em intenções e não necessariamente em ações. Para esse autor, não nascemos morais e precisamos evoluir por etapas para melhor convivência em sociedade. Esta evolução se dá através

do uso de princípios, como respeito à dignidade, respeito à vida, ao meio ambiente e a afirmação de uma atitude de solidariedade, que são utilizados para gerenciar conflitos.

Kohlberg (ARANHA E MARTINS, 2003) discute o desenvolvimento moral a partir de três níveis e seis estágios. O primeiro, identificado como Pré-convencional, envolve dois estágios: da orientação para a punição e obediência, no qual ações julgadas como certo e o errado, levando-se em consideração consequências físicas para o agente e o da procura instrumental relativista, no qual prevalece a procura por recompensa ou satisfação da necessidade do indivíduo. O primeiro e o segundo estágios caracterizam a moralidade heterônoma, ou seja, a aceitação moral baseia no reconhecimento da autoridade do outro. O segundo nível, conhecido como Convencional, compreende dois outros estágios: orientação do bom menino, no qual o bom comportamento moral é fruto de boas intenções que é aprovado por outros indivíduos e o da orientação para a lei e a ordem, no qual prevalece a obediência às regras e leis, e a justiça passa ser uma relação entre o indivíduo e o sistema e não mais indivíduo para indivíduo. Os estágios deste nível caracterizam a internalização de princípios morais e o indivíduo começa a ter reconhecimento do outro. O terceiro e último nível, intitulado como Pós-convencional, baseia-se em princípios e compreende dois outros estágios: da orientação legalista, no qual o indivíduo começa a perceber que as leis podem ser injustas e devem ser alteradas e o da orientação do princípio ético universal, que caracteriza a responsabilidade pessoal pelas próprias ações baseadas em princípios universais. Nos estágios desse último nível a pessoa começa a perceber conflitos entre as regras e a sociedade. Poucos indivíduos conseguem atingir o terceiro nível por não ultrapassar o nível anterior, acarretado por defasagem no desenvolvimento moral devido à falta de maturidade moral em pais e professores que estimulem as crianças para uma convivência solidária.

Para Kohlberg (BIAGGIO, 1997) quando um indivíduo começa a perceber que justiça é diferente de lei passa a adquirir uma maturidade moral, iniciando a percepção de que algumas leis estabelecidas são moralmente equivocadas e requerem modificações.

O desenvolvimento moral envolve a análise de atos e a passagem do indivíduo por situações ou estágios de desenvolvimento e constitui-se em um processo no qual o indivíduo está em constante mudança pessoal (e também no âmbito coletivo), por meio de aprendizagens oriundas de relações interpessoais.

Desenvolvimento moral, educação moral e a escola

As relações pessoais possibilitam o contato com situações, dilemas e conflitos e, segundo De La Taille (1992), a oportunidade de presenciar, refletir e discutir em grupo sobre a educação moral favorece o constante aprimoramento do indivíduo na fase de jovem e posteriormente à de adulto.

De acordo com Lipman (1995, p.37)

“O objetivo do processo educativo é de nos ajudar a formar melhores julgamentos a fim de que possamos modificar nossas vidas de maneira mais criteriosa. Julgamentos não são fins em si mesmos (...), é um meio de melhorar a qualidade de vida”.

Aceita-se, assim, que a Educação moral favorece o desenvolvimento moral. A educação moral pode ser compreendida através do entendimento do comportamento moral, ou seja, da possibilidade dos indivíduos de refletir sobre situações que permitam o exercício de valores, princípios, regras e normas que regem a vivência em sociedade. Isto é corroborado pela afirmação de Yves de La Taille (1992, p. 64): *“Toda educação moral visa justamente com que as crianças sejam capazes de controlar seus sentimentos, seus desejos, em nome de um ideal social ou grupal”.*

O intuito da Educação Moral, para Kohlberg (BIAGGIO, 1997), consiste em colocar os indivíduos em situações que discutam dilemas morais e tomem decisões embasadas na noção de conflito cognitivo, conseguindo lidar com incertezas e desenvolvendo meios que lhes possibilitem fazer suas leituras de situações e tomar decisões. Para que os indivíduos possam aprender a lidar com incertezas e gerenciar conflitos, segundo Lipman (1995) a Educação Moral utiliza princípios como: respeito à dignidade, à vida, ao meio ambiente e a afirmação de uma atitude solidária.

Assim, reconhece-se como de extrema importância a inserção dos indivíduos nos debates de temas que envolvam o ser humano e a sociedade na contemporaneidade para que a pessoa possa se posicionar perante a sociedade. E isto é tarefa da escola, que deve propiciar situações que levem a criança desenvolver relações interpessoais, tendendo a harmonia do convívio social.

Atualmente, a Educação moral é proposta no currículo escolar, devendo ser abordada no ensino infantil, fundamental e nível médio. Porém, por não se tratar de uma disciplina obrigatória, os professores deixam de abordar este assunto, dando ênfase apenas para aprendizagem cognitiva (PÉREZ SERRANO, 2002), em detrimento da compreensão e questionamento de situações que se refiram a valores, normas e atitudes, o que pode comprometer a formação moral do aluno.

Entende-se que é responsabilidade da escola, regular ou especial, e do professor, e não somente dos familiares e amigos, propiciar à criança situações que favoreçam o desenvolvimento moral (PÉREZ SERRANO, 2002).

Piaget (1994) considera que a função da escola consiste em propiciar ao aluno um processo contínuo de desenvolvimento intelectual concomitante com o desenvolvimento moral:

“No domínio moral, como no campo intelectual, só possuímos realmente o que conquistamos por nós próprios. Ora para que a criança compreenda a necessidade do trabalho e conquiste o hábito de esforço, é preciso levar em conta seus interesses e as leis de sua atividade e não impor-lhe, desde início, maneiras de agir muito semelhante a nossa” (PIAGET, 1994, p.272).

Mas, mesmo que a criança não precise ter atitude semelhante dos adultos, se faz necessária a orientação, por meio de atividades que propiciem reflexão dos seus próprios atos, a identificação de que há possibilidade de escolha e, principalmente, a responsabilidade pelas consequências seus atos.

Neste sentido, cabe ao professor atentar à aprendizagem não apenas cognitiva de seus alunos, mas também moral, por meio de um trabalho seqüencial, a longo prazo.

Nesta perspectiva, o professor precisa:

“... ter paciência em caminhar com a criança, procurando atividades, exercícios, jogos, que tenham significados para a mesma, fazendo o caminho com ela. É preciso acreditar que toda criança é capaz de aprender a despeito do padrão dominante, seja com relação os comportamentos gerais, seja com relação à linguagem, As

crianças aprendem COM e não COMO nós” (RIBEIRO, 2000, pág.99).

O professor deve propiciar às crianças oportunidades para a aquisição de regras e experiências para suas inserções na sociedade, ele tem função de nortear e possibilitar ao aluno o desenvolvimento moral, conforme cita Piaget (1994, p.300): “... *o adulto deve ser um colaborador e não um mestre, do duplo ponto de vista moral e racional*”.

Freire (2005) considera que a aprendizagem moral e intelectual ocorre ao mesmo tempo em professor e alunos, ou seja, o centro do conhecimento não é o professor. Este passa a ser uma possibilidade de norteamiento à criança, por apresentar experiências de vida que a criança ainda não teve oportunidade de vivenciar: “*Ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém educa a si mesmo; os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo*” (FREIRE, 2005, p.79).

Assim, é função do professor desenvolver e manter uma postura atenta, que permita identificar as oportunidades para realizar constantes intervenções no processo de aprendizagem moral, comprometer-se com uma educação de qualidade e ser arrojado para realizar mudanças freqüentes em sua prática de ensino, visando o desenvolvimento intelectual e moral de seus alunos (FONTANA, 1998).

Esta função relacionada ao oferecimento de situações que possibilitem o desenvolvimento moral merece destaque quando se analisa a ação educativa junto aos alunos com necessidades especiais – deficiência mental.

Escola, desenvolvimento moral e crianças com necessidades especiais

Segundo Mantoan (1998), a criança com necessidades especiais é aquela que apresenta déficit cognitivo e limitações funcionais próprias, ou seja, apresenta algum distúrbio ou alguma deficiência física ou mental.

Tal indivíduo é parte integrante de uma sociedade e pertencente a um grupo sócio-cultural, que lhe oferece materiais culturais como conceitos, valores morais, leitura de mundo e possibilidade de se comportar perante situações adversas da vida cotidiana. (NEVE E MENDES, 2006, p.35)

No entanto, pode-se compreender que o processo de estigmatização e rotulação sofrida por crianças com necessidades especiais é um aspecto importante de seu desenvolvimento moral, podendo dificultá-lo.

Muitas vezes, crianças com deficiência mental são rotuladas como incapazes, o que pode gerar sérias seqüelas na vida do indivíduo e influenciar negativamente na sua formação moral, acarretando-lhe futuramente sérios problemas de convívio social. Como exemplo, com frequência, em escolas,

“O aluno é rotulado de ‘deficiente’, ‘incapaz’, ‘problemático’, tornando-se diferente no meio dos iguais. Essa rotulação fará parte dele, não só no período escolar, mas ficará presente em sua vida, como uma marca, um carimbo. Essa rotulação é tão séria e causa tantos males à criança que a mesma passa a internalizar as rotulações a ela atribuídas” (RIBEIRO, 2000, p.18).

Crianças com deficiência mental que ingressam na rede regular de ensino, geralmente, não conseguem acompanhar os outros alunos na aquisição de conhecimento, são identificadas como apresentando comportamentos “anormais” e são alvos de discriminação pelos colegas. Eles *“são menos aceitos e são mais rejeitados do que seus colegas, passando a maior parte do tempo de recreio sozinho, demonstrando dificuldades para iniciar, manter e finalizar os contatos sociais com os colegas”* (BATISTA & ENUMO, 2004, p.101) e, com frequência, são encaminhados, pela escola, para instituições especializadas em indivíduos com necessidades especiais para psicólogos e médicos (RIBEIRO, 2000).

No entanto, mesmo reconhecendo e aceitando a tendência e a orientação atual para a educação inclusiva, entende-se que, ainda hoje, muitas vezes se faz necessário o encaminhamento da criança para uma escola especializada, onde existem materiais mais adequados, professores especializados e principalmente salas com poucos alunos que propiciem o desenvolvimento de um trabalho mais adequado¹ e que proporcione ao aluno uma maior possibilidade de socialização, divertimento e, concomitantemente, o desenvolvimento intelectual e moral.

¹ Não desconhecemos as divergências existentes em relação à inclusão de todos os alunos com necessidades especiais em escola regular, mas este complexo tema não é objeto de análise neste estudo.

A escola, além de transmitir e propiciar a aquisição de conhecimento, deve proporcionar aos alunos experiências que possibilitam inter-relações pessoais que contribuam para sua socialização. E neste sentido, a escola de educação especial pode desenvolver uma proposta que aborde pontos necessários para o desenvolvimento intelectual e moral da criança, envolvendo atividades diversificadas (e específicas para as necessidades dos alunos) como aulas de alfabetização, de música e de horta, direcionando a criança para uma aquisição cultural e social.

O desenvolvimento moral de crianças com deficiência mental deve ser objeto de atenção da escola e do professor, com o objetivo de favorecer o seu desenvolvimento.

Neste sentido, elaboramos e desenvolvemos uma proposta de ação junto aos alunos de uma escola especial.

A PROPOSTA

A partir dos pressupostos apresentados anteriormente, organizamos uma proposta que teve por observar o comportamento moral e favorecer o desenvolvimento moral de alunos de uma escola especial, por meio da elaboração, desenvolvimento e avaliação de atividades.

Participantes

Participaram da proposta todos os alunos, total de nove, de uma classe da Escola de Educação Especial do município de Botucatu.

A proposta pedagógica da Escola para esta classe consiste na alfabetização e na socialização para retornarem ao ensino regular, exceto a aluna portadora da síndrome de Down (a família e a escola optaram por mantê-la na escola visto que ela se sente mais feliz e por já ter quinze anos). A escola incluiu na grade curricular desta classe, aulas de música, horta/jardinagem, e atividade de recreação.

Os alunos possuíam idades entre dez e quinze anos, sendo 7 do sexo masculino e 2 do feminino. Algumas características dos alunos foram identificadas por meio de análise de materiais, conversas e observações e estão apresentadas de forma sintética no quadro a seguir.

Quadro 1 – Características gerais dos participantes

Aluno	Ingresso na escola	Sexo	Idade	Características gerais
DA	2006	feminino	15	Portadora da Síndrome de Down; apresenta boa compreensão, raciocínio lento, tem dificuldade em resolver problemas de raciocínio lógico e se encontra no nível silábico alfabético ² .
FL	2007	masculino	12	É inquieto, com dificuldades de concentrar a atenção, se distrai facilmente; não gosta de ser repreendido quando faz algo de errado, fazendo-se de desentendido; importuna muito os colegas com piadinhas e empurrões e está no nível silábico.
GE	2006	masculino	11	Apresenta dificuldades de compreensão e se encontra no nível silábico alfabético.
KU	2007	masculino	11	Tem boa compreensão, mas é desobediente e se encontra no nível silábico alfabético.
UH	2007	masculino	11	Tem boa compreensão e é amigo de todos; bem comportado; educado com todo mundo e se encontra no nível silábico.
MO	2007	masculino	11	Tem bom relacionamento com as pessoas, procura ajudar aos colegas e se encontra num nível além do silábico alfabético.
MA	2007	masculino	11	Não apresenta dificuldades de compreensão, apenas se dispersa algumas vezes em sala de aula (possível crise de ausência); está na escola por um período de transição e, em breve, retornará para rede regular de ensino. Atualmente se encontra no nível silábico alfabético.
XI	2007	masculino	11	Debocha, com frequência, dos colegas; tem dificuldades em entender as atividades, não presta atenção à explicação; não gosta de desafios e se encontra no nível silábico.

² Níveis de alfabetização, segundo Emilia Ferreira

SU	2008	feminino	10	Apresenta dificuldade na coordenação motora fina e grossa; tem dificuldades de compreensão e se encontra no nível silábico alfabético.
----	------	----------	----	--

Desde que estão nesta escola, os alunos tiveram uma mesma professora, que é a atual; com exceção é MO, que em 2007 foi aluno de outra professora.

A proposta foi desenvolvida durante no período de maio a novembro e envolveu dois momentos: Planejamento das atividades e Desenvolvimento e avaliação das atividades, conforme sintetizado no quadro abaixo.

Quadro 2- Síntese das atividades

DATA		ATIVIDADE
05/08/2008	Estabelecimento de contato e Observação: Planejamento	Primeiro contato, acompanhamento de uma aula, com alunos e professora
08/08/2008		Horta: ajuda e familiarização com alunos e professora
12/08/2008		Acompanhamento e ajuda na atividade de pular corda e queimada
15/08/2008		Horta: ajuda e familiarização com alunos e professora
26/08/2008		Acompanhamento da montagem de duas “maquetes-lúdicas” / auxílio à professora e aos alunos
02/09/2008	Desenvolvimento das atividades propostas	Atividade: Lego
09/09/2008		Horta: ajuda e constatação acerca das relações dos alunos
12/09/2008		Atividade: Judô com o professor Fábio
16/09/2008		Horta: ajuda e constatação acerca das relações dos alunos
10/10/2008		Atividade: Judô (aula II) com o professor Fábio
14/10/2008		Dinâmica das Balas
17/10/2008		Horta e jardinagem: intervenção em caso de indisciplina
21/10/2008		Dinâmica: Trilha dos Sentidos no parquinho
24/10/2008		Horta e jardinagem: intervenção em caso de indisciplina
31/10/2008		Horta e jardinagem: intervenção em caso de indisciplina
04/11/2008		Dinâmica da Flor e Dinâmica: o feitiço virou contra o feitiçeiro
11/11/2008		Confecção das pipas
14/11/2008		Término da confecção das pipas
18/11/2008		Encerramento das atividades: Empinar pipas no Lageado

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

A fim de ter êxito na conclusão do objetivo é imprescindível um planejamento criterioso dos meios para se alcançar as metas. Tal planejamento consiste na sondagem da realidade a ser trabalhada, o estabelecimento de pontos importantes e ação otimizada no desenvolvimento, levando sempre em conta a avaliação do processo (MENEGOLLA E SANT'ANNA, 2001).

Assim, para o planejamento das atividades realizamos levantamento bibliográfico e contatos diretos com os alunos.

O levantamento bibliográfico teve por início o estudo da obra de Jean Piaget, O Juízo Moral na Criança e outras referências foram buscadas como Kohlberg, Kant, Yves de La Taille e etc. A partir do estudo dirigido e estabelecimento dos objetivos procuramos elaborar atividades/dinâmicas a serem desenvolvidas com os alunos.

O contato direto com os alunos envolveu o estabelecimento inicial de interações com eles e com a professora, sem a intervenção em atividades realizadas pela mesma e apenas com acompanhando do desenvolvimento de 05 atividades (aula de desenho, atividade de pular corda e queimada, montagem de duas “maquetes-lúdicas” e duas atividades de horta), para observação do comportamento moral dos alunos e estabelecimento de vínculo. Posteriormente, realizei atividades propostas, num total de 05, que tiveram por objetivo propor situações específicas para observar o comportamento moral das crianças. As atividades desenvolvidas foram elaboradas a partir da literatura e após o desenvolvimento de cada uma foi elaborado um relatório escrito.

Defini, previamente, que:

- após o desenvolvimento de cada atividade, caso houvesse tempo, seria proposto a recreação no parquinho.

- aqueles que não quisessem participar das atividades deveriam montar um quebra cabeça.

- cada atividade teria duração média de uma hora.

A seguir, apresento uma síntese das atividades desenvolvidas

1. Acompanhamento de atividades desenvolvidas pela professora

O meu primeiro contato com a professora e com os alunos ocorreu através de uma atividade desenvolvida em sala de aula. Assisti a aula, sentado na cadeira do fundo. Nesta aula, permaneci aproximadamente uma hora em sala e os alunos estavam desenhando.

Meu objetivo era a familiarização com os alunos e com a professora, mas pude observar os alunos e iniciar a coleta de dados sobre os mesmos. Os dados levantados foram: sala tem nove alunos, sendo duas meninas e uma portadora da Síndrome de Down e a proposta pedagógica consiste em alfabetização. Sendo que três alunos estavam no nível silábico e seis no nível silábico alfabético.

Outra atividade foi realizada no gramado da escola, que também é utilizado para recreação, e teve duração de aproximadamente cinquenta minutos. Ela foi realizada em duas etapas: primeiro, os alunos passavam por debaixo da corda, que era segurada por mim e pela professora; em segundo, foi o jogo de queimada, onde eu fiquei apenas observando os alunos juntamente com a professora. Nesta oportunidade meu objetivo consistia em conhecer um pouco mais os alunos, a professora e, também, a escola. Nesta oportunidade, verifiquei um dado, que muito me auxiliou posteriormente: na organização das atividades houve necessidade por parte da professora em discutir inicialmente com os alunos as regras dos jogos e no decorrer da atividade alguns ignoraram as regras, tirando algum tipo de vantagem sobre o colega.

A próxima atividade observada foi a montagem de duas “maquetes-lúdicas”. Essa atividade foi realizada no gramado da escola e teve duração de uma hora. O meu objetivo, além do auxílio à professora e aos alunos, foi de conversar com os alunos, visando uma maior aproximação com os mesmos. A minha participação envolveu o auxílio aos alunos na montagem das maquetes, sendo uma delas uma “fazenda” e a outra uma “cidade”. Também auxiliei os alunos na contagem das peças e na organização no término da aula.

Após o encerramento dessa atividade, expus aos alunos o objetivo das minhas atividades/dinâmicas e perguntei se eles tinham alguma sugestão para as futuras dinâmicas. Eles me sugeriram soltar pipa no Lageado e combinamos que seria a atividade de encerramento.

2. Realização de atividades para observação

A primeira atividade “Lego em grupo” foi realizada em mesas usadas pelas crianças para atividades diversas, com duração de uma hora.

Em conjunto com a professora, os alunos foram organizados em três grupos e receberam peças de lego. Os integrantes de cada grupo deveriam reproduzir coletivamente o modelo de lego escolhido por mim e pela professora. O objetivo dessa atividade foi analisar o comportamento moral dos alunos perante um desafio realizado em grupo.

Nessa primeira atividade, apenas auxiliei a professora na condução da aula. Participei apenas em alguns momentos, como na escolha dos modelos para montagem do lego no qual as crianças seguiram; ajudando os alunos a entenderem os modelos a serem seguidos na montagem e, juntamente com a professora e os alunos, conferi as peças do lego para serem guardadas nas respectivas caixas no final da atividade.

A respeito da seleção dos modelos a professora não deixou os alunos escolherem porque os três grupos queriam montar o mesmo modelo e a escolha foi feita por mim e pela professora.

Nesse dia, 08 alunos estavam presentes e foram divididos, por motivos de afinidade, pela professora em três grupos de dois alunos, de duas alunas e um aluno e de três alunos.

No decorrer da atividade houve momentos de indisciplina por parte de dois alunos, um deles começou a agredir verbalmente o outro com palavrões em função de uma peça de lego ter caído no chão, porém com intervenção da professora eles cessaram.

Pude perceber, nesse primeiro contato com os alunos, que, de maneira geral, os meninos são competitivos e procuram sempre levar vantagem sobre os colegas, ocorrendo agressões física, verbal e etc. Já as duas alunas não apresentaram em nenhum momento comportamento de indisciplina para com a professora e para com os colegas de classe, mostraram-se atenciosas e educadas com todos.

O que me chamou atenção foi que cada grupo que concluía a montagem de seu respectivo lego avisava a professora, eu e os outros alunos para que verificássemos o trabalho finalizado. Percebi que eles mostravam com muito orgulho o que tinham construído, porém três alunos (XI, FL e GE) não tinham paciência em ver e já queriam voltar a montar suas próprias peças. Nesta situação, a professora interferiu verbalmente

para que esses três alunos tivessem respeito por seus colegas e vissem o trabalho montado pelo grupo.

O esperado era que todos os alunos trabalhassem auxiliando-se mutuamente e isso ocorreu, pois todos integrantes do grupo cooperaram entre si.

No entanto, foram evidentes os constantes insultos dos meninos para como o trabalho dos amigos, expressos verbalmente em frases como: “ficou feio”, “meu é melhor e mais legal”, “sem graça” e etc.

A segunda atividade foi realizada por um Professor de judô, aluno do 4º Ano de Biologia- UNESP- Botucatu, em dois momentos e teve por objetivo averiguar como os alunos reagem à presença de um desconhecido, ou seja, o comportamento deles perante a “autoridade imposta” do professor na aula de judô. Para isto, no primeiro encontro, solicitei que a professora interferisse apenas em casos extremos de desobediência dos alunos e, no segundo encontro, pedi à professora que não interferisse em nenhum momento na atividade e que somente o professor conduzisse a atividade, mesmo em casos de indisciplina.

No primeiro encontro, o professor falou sobre a história do judô, a disciplina e dedicação de se praticar o esporte e demonstrou dois golpes. No segundo encontro, expôs enfaticamente a importância do respeito às regras, a necessidade de disciplina na prática e demonstrou aos alunos mais alguns golpes praticados no judô.

A primeira atividade durou aproximadamente uma hora e foi desenvolvida no salão de música, onde foi montado, com ajuda dos alunos, um tatame improvisado com peças de quebra cabeça gigante pertencente à própria escola. O tatame improvisado foi inspecionado e aprovado pelo Fábio para a realização da aula. Esta teve a participação de 02 alunas e 04 alunos.

No início do encontro, apresentei o professor aos alunos e, em seguida, o próprio professor se apresentou e pediu para que os alunos se sentassem em roda para que contasse sobre a história do judô, a importância de se praticar um esporte, a disciplina e o respeito que é desenvolvido com a prática do esporte, a importância das regras, enfim, para que ele expusesse um panorama geral sobre a filosofia do judô. O passo seguinte consistiu no aquecimento físico. Em sequência, o professor mostrou alguns golpes e seus respectivos nomes aos alunos. Os alunos tiveram a oportunidade de realizar dois golpes, com o auxílio do professor. Encerrando a atividade, ocorreu o alongamento físico e o professor pediu para que os alunos se sentassem, novamente, em roda. Neste

momento foi resgatado, por meio de perguntas dirigidas aos alunos, os nomes dos golpes, a importância de se praticar o judô e o respeito às regras para obtenção de ascensão no esporte e na vida.

Não foram verificadas diferenças no comportamento dos alunos em questão de respeito à figura do professor. Eu e o professor recebemos respeito semelhante ao que eles demonstram pela professora. Em discussões posteriores com o professor, concluí que os alunos de início da aula estavam muito ansiosos e, talvez por isso, houve um pouco de dificuldade em chamar a atenção dos alunos, porém passados dez minutos os alunos estavam ouvindo com atenção.

Um aspecto a ser considerado no decorrer de toda aula foi que alguns alunos, a todo o momento, menosprezavam os colegas, verbalmente e por meio de pequenas agressões como tapas nas costas, empurrões e pequenos socos. Como eu tinha combinado com o professor e com a professora para intervirem apenas em casos extremos de desobediência dos alunos, essas pequenas hostilidades foram relevadas, exceto quando um aluno chutou outro e o professor interferiu, dizendo que se isso acontecesse na presença de um mestre judoca o discípulo seria penalizado com realização de exercícios físicos e uma repreensão verbal.

Três meninos (XI, GE e FL) optaram por não participar da atividade e como havíamos combinado anteriormente que quem não quisesse participar de alguma atividade proposta por mim, teria que montar um quebra cabeça em grupo, eles realizaram essa atividade, que serviu também para a observação do comportamento deles.

A atividade foi realizada sem nenhuma dificuldade e os três alunos cooperaram e se respeitaram mutuamente. No início, disse aos alunos que eles eram funcionários de uma empresa, que deveriam trabalhar em grupo que recebessem o salário e que eu era o patrão e a todo o momento iria inspecioná-los. Esta orientação foi um equívoco, pois o beneficiado numa empresa é o patrão e os funcionários estão ali por uma necessidade de ganhar dinheiro e devem acatar, geralmente sem questionar, as regras da empresa. Esta orientação equivocada pode ter direcionado a atividade dos alunos de forma pouco produtiva.

No segundo encontro, retomei a atividade realizada e expliquei sobre o equívoco. Durante a atividade, um dos três alunos (FL) me pediu para participar da aula de judô e, com autorização do professor, ingressou ao grupo. Perguntei-lhe qual seria o

motivo dessa solicitação e ele respondeu que montar quebra cabeça estava divertido, porém esse jogo ocorria com certa frequência na escola e prática do judô era algo novo pra ele. Perguntei aos que não quiseram participar do judô qual era o motivo da escolha. GE disse que gostava muito de quebra cabeça e preferia-o. Argumentei que ele poderia praticar o quebra cabeça com maior frequência na escola e que o judô era uma oportunidade difícil de repetição. XI não justificou o motivo de não querer praticar o esporte, porém a professora colocou que ele se esquivava de situações de desafios. Esses dois alunos continuaram preferindo o quebra-cabeça. Um outro aluno (MA) também preferiu o quebra cabeça. Expliquei que ele não podia voltar atrás na escolha do judô, pois era algo que tínhamos combinado previamente; ele insistiu e optei por deixá-lo ir montar o quebra cabeça, desde que indicasse o verdadeiro motivo de sair da aula de judô.

Corrigi o equívoco cometido na primeira aula de judô e orientei os alunos para que montassem o quebra cabeça, dizendo que é necessário cumprir as regras no jogo para que ele seja gostoso. Eles concordaram comigo e então passaram a montar o jogo em plena harmonia. Apenas no final da atividade, o XI empurrava seus colegas e não respondia meu questionamento do porquê de sua atitude. Parou de agir assim com a repreensão da professora.

Após a montagem do tatame, eu e os alunos sentamos em roda, para uma conversa prévia. Perguntei-lhes o porquê alguns alunos deixaram, em alguns momentos, de obedecer ao professor na primeira aula de judô e, no caso em que dois alunos se agrediram fisicamente qual foi o motivo. Falaram que estavam empolgados com a aula e os dois meninos responderam que não se lembravam do motivo da briga. Avisei ao grupo que o professor seguiria o modelo de uma aula de Judô na academia e que em caso de qualquer indisciplina, o aluno seria punido nos moldes do judô. No final da aula, o professor pediu para que UH, XI e KU parassem de correr e eles não atenderam. O professor explicou que a punição pelo desrespeito seria fazer dez abdominais para cada. Todos cumpriram sem questionar, exceto UH que se recusou de início, mas atendeu ao ver seus colegas cumprindo a punição do professor.

Um aspecto observado foi a “torcida” para que um amigo (DA) conseguisse realizar a tarefa de realizar a cambalhota.

Ao final da atividade, o professor enfatizou a importância de se praticar o judô, o respeito mútuo e, principalmente, a necessidade de regras para não virar algazarra.

Comentou sobre a importância das regras para a nossa vida, fazendo um paralelo as regras do judô.

Em relação ao comportamento perante a “autoridade imposta” do professor na aula de judô, observei que os alunos tinham um respeito pelo professor semelhante ao que eles tinham pela professora. Isso pode ser corroborado pelo fato de os alunos se referirem ao professor de judô como “professor”.

A terceira atividade - Horta e jardinagem- foi desenvolvida em 04 encontros, com a participação de aproximadamente 08 alunos, e envolveu minha participação em atividades já desenvolvidas com os alunos. Assim, passei a auxiliar a professora e os alunos no plantio e manutenção de arbustos e flores do pátio, plantio de hortaliças na horta, bem como manutenção da mesma. O objetivo dessa atividade foi verificar como é o comportamento dos alunos perante as regras colocadas pela professora e a relação com os colegas de classe. Em nenhum momento houve intervenção por minha parte, mesmo em caso de indisciplina.

Nesses quatro encontros, percebi que os alunos, exceto as duas alunas, queriam a todo o momento ir ao parque que ficava em frente, o que pode indicar que eles não gostam dessa atividade. Muitas vezes, alguns alunos não obedeceram a orientação dada pela professora e, nesse momento, ela parava a atividade até que todos alunos indicassem que estavam ouvindo e a obedecessem. Ocorreu, com certa frequência, hostilidade entre alguns alunos que menosprezavam seus colegas por meio de humilhações verbais e agressões físicas, como murros e pontapés. Nestes casos, a professora interferiu dizendo que era muito “feio” o que eles estavam fazendo e os alunos acatavam e cessavam, mas em algumas ocasiões não houve um retorno de imediato.

Uma síntese dos aspectos observados nas atividades é apresentada no quadro abaixo.

Quadro 2- Síntese dos aspectos observados

Atividade	Aspectos observados
Acompanhamento de atividades desenvolvidas pela professora	Pouca discussão prévia sobre regras antes das atividades.
	Alguns alunos procuram a todo o momento levar algum tipo de vantagem sobre o colega, ou seja, falta de respeito mútuo.
Realização de atividades para observação	Os meninos são muito competitivos e se agridem física e verbalmente com frequência.
	Em alguns momentos ocorre desrespeito pelo trabalho feito pelo colega.
	Dificuldade em cooperar com o grupo
	Com frequência desrespeitam regras pré estabelecidas.

A partir das observações realizadas, das características dos alunos e da literatura foram elaboradas atividades visando favorecer o desenvolvimento moral dos alunos, nos seguintes aspectos:

- se colocar no lugar do outro para poder compreender seu ponto de vista do amigo
- postura de solidariedade
- respeito pelas diferenças

As atividades foram elaboradas a partir de quatro princípios gerais: consideração pelas experiências morais prévias, coletividade, ludicidade e diálogo.

- Experiências morais prévias – Segundo por Miras (1996, p.61):

“Uma aprendizagem é tanto mais significativa quanto mais relações com sentido o aluno for capaz de estabelecer entre o que já conhece, seus conhecimentos prévios e o novo conteúdo que lhe é apresentado como objeto de aprendizagem”.

Assim, buscamos estabelecer um paralelo entre as experiências morais prévias que os alunos já obtiveram se relacionando com seus familiares, amigos e outras pessoas. Tal conhecimento moral deve ser considerado, pois os alunos já detêm valores, princípios e regras e faz-se necessário possibilitar reflexões sobre o tema moral, por meio de atividades que oportunizem o relacionamento, questionamento e repensar seus atos a partir do conhecimento moral prévio que possuem.

- A coletividade. Para Madalena Freire (1992, p.59), grupo “... *significa que cada participante exercitou sua fala, sua opinião, seu silencio, defendendo seus pontos de vista. Portanto, descobrindo que, mesmo tendo um objetivo mútuo, cada participante é diferente*”. Assim, partindo desta compreensão, reconhecemos que é de extrema importância saber a opinião de todos para que se possa seguir normas e regras coletivas e isto requer pensar sobre o convívio em grupo do ponto de vista moral, ou seja, enfatizar as relações interpessoais.

- Ludicidade. Segundo Piaget (1994) o lúdico é de extrema importância para que a criança exercite a realidade social através das regras de jogos. O jogo possibilita o exercício da moral, ou seja, por meio dos jogos o indivíduo pode adquirir a noção de respeito por normas, leis e regras morais.

- Diálogo. Segundo Freire (2005, p.91)

“... o dialogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzi-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes”.

Assim, consideramos que a construção de todas as leis, normas, regras morais se consubstanciam no diálogo, com outras palavras, não consiste apenas no debate sobre elas e sim na ação de aceitá-las, questioná-las, aprimorá-las através de ações coletivas.

Estes princípios estão intrinsecamente articulados e estiveram presentes na seleção e organização das atividades. No quadro a seguir são apresentadas as atividades elaboradas.

Quadro 3 – Atividades e objetivos propostos

Atividades	Objetivos	Dinâmica /materiais
Dinâmica das Balas	-Possibilitar o auxílio mútuo - reconhecer a importância da cooperação perante as possíveis adversidades do dia-a-dia.	Materiais: uma bandeja e balas para todos os alunos. As balas são colocadas em uma bandeja que estará no chão. Forma-se um círculo com os alunos e informa que os participantes terão que chupar uma bala, só que não poderão usar suas próprias mãos para desembrolha - lá. Após a atividade, forma-se um círculo com todos sentados no chão e pergunta-se “Teria outra forma de conseguir chupar a bala? Qual a importância do amigo (a) nessa atividade?” então, é exposta a idéia de ajuda mútua – COOPERAÇÃO.
Dinâmica da flor	-discutir a necessidade de respeitar os pertences de outras pessoas, a natureza e os seres humanos, como integrantes da mesma.	Materiais: flores, jornal e cola Os alunos são organizados em três grupos e é entregue uma flor a cada grupo e cada integrante retira uma parte da flor, ao final sobrar apenas o talo. É solicitado que eles “consertem” a flor em dois minutos, com ajuda da cola. O jornal é usado para forrar o chão. Em seguida, questiona-se e discute-se O que aconteceu com a flor? Será que podemos consertar o que fizemos? Podemos fazer isso com os materiais de outras pessoas, por quê?
O feitiço virou contra o feiticeiro	-refletir sobre seus próprios atos morais -analisar que é vantajoso e não fazer nenhum tipo de malefício a outras pessoas.	Organizar a turma em dois grupos e solicitar que cada grupo escolha dois “micos” (pequeno ato de exposição) para o outro grupo pague. Após a escolha dos atos cada integrante nomeia o líder do seu grupo que fala em voz alta para todos quais serão prendas a serem realizadas. Após a divulgação dos “micos”, informo que o nome da brincadeira é o feitiço virou contra o feiticeiro e que os grupos farão os “micos” escolhidos por eles mesmos. Todos os alunos deverão pagar a prenda que escolheram para o outro grupo. Para finalizar a atividade, discute-se O que aprenderam com essa atividade? O que é mais vantajoso o respeito para com o amigo ou humilhá-lo? Para finalizar, enfatizar que antes de pedir para alguém fazer alguma coisa que se coloque no lugar do outro, pois provavelmente ele não faria o que escolheu para o outro fazer.
Trilha dos sentidos no parquinho	Reconhecer a importância de confiar em amigos e os riscos de confiar em pessoas estranhas.	Materiais: vendas para metade dos alunos Construir uma trilha com obstáculos. Formar duas filas e vendar os olhos dos alunos de uma das filas. Solicitar que cada aluno da fila oposta conduza um aluno que está vendado ao seu lado. Se possível os alunos devem ficar descalços, para melhor percepção do ambiente, percorremos todo o parquinho reconhecendo o ambiente. O aluno vendado deve confiar no amigo-condutor. Depois, quem está sendo conduzido vira amigo-condutor. Depois de todos os alunos percorrerem o trajeto, sentar no chão em roda e perguntar aos alunos:- Vocês conseguiriam fazer essa atividade de olhos fechados e sem um amigo-condutor? Vocês confiariam para conduzir-lhes mais em um amigo ou

		e uma pessoa estranha? É mais agradável andar no chão “limpo” ou “sujo”?
Horta e jardinagem	Refletir sobre suas atitudes vantajosas para si e para o grupo.	Auxiliar a professora e os alunos na atividade de plantio e manutenção de arbustos e flores do pátio e plantio de hortaliças na horta, bem como manutenção da mesma, intervindo em situações específicas, especialmente de indisciplina e conflitos, questionando e possibilitando a reflexão.
Confeção das pipas e soltar	Verificar o comportamento dos alunos na conduta moral.	Essa atividade de encerramento foi escolhida pelos alunos. Ela consiste em confeccionar pipas em um primeiro encontro e no outro ir ao Lageado para empiná-las.

As atividades foram desenvolvidas no período de aula, nos meses de agosto a novembro, em dois períodos da semana, sendo o acompanhamento na Horta nas sextas-feiras das 10:30 as 12 horas e as demais atividades/dinâmicas nas terças-feiras das 10:30 as 12 horas. Após o desenvolvimento de cada atividade foram redigidos relatórios escritos, que analisados possibilitaram a apresentação dos dados a seguir.

DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES

Dinâmica das balas

Essa atividade ocorreu no barracão³, estavam 08 alunos presentes e teve duração aproximadamente 30 minutos. Sentamos no chão, em roda, para iniciar a atividade. Primeiramente retomei a atividade anterior, que foi a segunda aula de judô. Questionei-lhes o que lembravam sobre o aprendido com o Fábio a respeito da disciplina e das regras para se praticar um esporte e para a vida. Responderam que “*é legal ter disciplina para que se possa conseguir se tornar um campeão*”, mas em nenhum momento retrataram a necessidade de regras e respeito a estas. A respeito da saída do KU no meio da atividade do judô para ir montar quebra cabeça, ele respondeu que estava sentindo dores de cabeça devido a pratica do judô e também preferia ficar perto do GE, seu amigo. O XI não respondeu o porquê estava importunando os outros dois colegas na

³Espaço amplo da escola, destinado a aulas de música e outras atividades.

montagem do quebra-cabeça, mesmo eu insistindo, novamente neste momento, não revelou o motivo para tal atitude.

Iniciei a dinâmica das balas com uma primeira pergunta: qual a importância das regras no dia-a-dia? Não obtive resposta mesmo perguntando diretamente a cada aluno. A segunda pergunta foi à dinâmica propriamente dita. Sentados no chão ao redor da bandeja contendo balas, indaguei-lhes explicando a regra de como poderiam fazer para chupar a bala da bandeja sem que a colocassem na própria boca com a própria mão? Três alunos (KU, DA e UH) chuparam bala. Por isso perguntei a todos o que achavam da atitude dos três alunos, responderam que era “*feio*”, “*errado*”, “que eles estavam chupando a bala que era de todos”; perguntei a eles o que achariam se fossem outros alunos que burlassem as regras, os três responderam que não gostariam porque a bala era deles também e tinha que ser dividido por igual. Depois de uns três minutos um aluno, UH, teve a idéia de colocar a bala no seu próprio joelho e pagá-la com a boca, isso ocorreu devido uma falha na regra que coloquei para eles. Em sequência reelaborei a regra que eu tinha colocado a eles frisando que também não era valido colocar a bala no joelho, nem no chão e pegar com a boca. Passado uns sete minutos um aluno, UH, veio ao meu ouvido e falou: “que para chupar a bala era apenas entregá-la ao amigo e pedir que ele descasque a bala e coloque a bala na minha boca”. Então sugeri ao UH que ele não falasse a resposta e sim colocasse em prática a resposta da questão, aí ele escolheu o KU que descascou a bala e colocou-a na boca de UH. A partir daí todos os alunos passaram a repetir o mesmo feito. De maneira geral, percebi que todos os alunos estavam mais calmos.

Para finalizar a dinâmica, perguntei qual era a importância de se ter regras e o que é mais vantajoso: ajudar o amigo ou atrapalhá-lo. Questionei diretamente a todos e responderam que ajudar era o mais vantajoso e que assim ambas as partes podem ganhar. E sobre as regras, ouvi desde “*que era uma coisa chata*” até “*que era uma coisa muito importante para não virar baderna*”, mas nenhum argumento justificou as afirmações. Foi neste momento que perguntei aos alunos o que era cooperação. De imediato três alunos (KU, UH e XI) me responderam, e o restante concordou, que era “ajudar alguém”. Continuei perguntando: o que era melhor cooperar ou não? Alguns me responderam e os demais concordaram “*que cooperar era a melhor solução, pois quando se ajuda é ajudado*”.

Finalizado a dinâmica das balas, como era dia de horta e os alunos queriam ir ao parquinho, sugeri as eles, com aval da professora, que em dez minutos todos, sem exceção, cooperassem para retirar o “mato” da horta e, assim ainda teriam trinta e cinco minutos para ficar no parquinho. Todos concordaram e executaram a atividade da horta com rapidez e cooperação. Terminada essa atividade, falei a eles que com a cooperação todos sairiam beneficiados e, em seqüência, perguntei o que achavam disso, responderam que era legal, pois o trabalho acabou rápido. No parque, eles não mais ficaram sobre minha supervisão e sim somente a da professora.

Analisando a atividade podemos pensar em alguns pontos importantes para a proposta de atividades na escola:

- o burlar as regras precisa ser discutido entre os alunos, para que possa ser recriminado;
- é preciso investir na análise sobre o coletivo;
- algumas noções, “*feito*”, “*errado*”, “*que era uma coisa muito importante para não virar baderna*”, podem estar presentes entre os alunos e serem verbalizadas, mas é preciso analisá-las e discuti-las;
- a cooperação precisa ser desenvolvida, superando-se sua prática pelo benefício direto, individual e extrínseco (reforço) que possa trazer e
- é preciso possibilitar a reflexão sobre a importância da cooperação e do auxílio mútuo no nosso dia-a-dia.

Dinâmica da Flor e O Feitiço virou contra o feitiçeiro

As duas dinâmicas foram realizadas em um mesmo dia. Neste dia, a professora teve um contratempo e realizei as atividades sem a presença dela, mas com o acompanhamento da coordenadora. Participaram da atividade 08 alunos, pois apenas MO tinha faltado. Anteriormente, no acompanhamento da atividade de horta eu fiquei com os alunos e eles se comportaram muito bem, cumprindo com a tarefa de plantio de hortaliças. Na experiência de ficar a sós com o grupo, não constatei diferença em relação a presença da professora e acredito que os alunos me viam no papel de professor, inclusive se referiam, com frequência, a mim pela palavra professor.

Sentamos todos, em roda, no chão. Antes de iniciar a atividade, perguntei-lhes se estavam empolgados para a realização da dinâmica. Responderam-me que sim, porém

queriam começar logo e me pediram para brincar no parquinho, após as dinâmicas. Combinamos que realizaríamos as dinâmicas e que o tempo restante da aula iríamos ao parquinho. Tal proposta de ir ao parque surgiu deles e o combinado se deu através de votação, com unanimidade de opinião.

A primeira atividade foi a dinâmica O Feitiço virou contra o feiticeiro e teve duração de aproximadamente quarenta minutos e a realização ocorreu no barracão.

Comecei a explicar a brincadeira, com os alunos sentados no chão, e percebi que estavam muito agitados e dispersos: alguns alunos levantavam, outros conversavam e algumas agressões verbais ocorriam. Eles não estavam prestando atenção à minha fala e então parei a explicação e perguntei o que estava acontecendo, assim propus que estabelecêssemos algumas regras para melhor andamento da atividade.

KU explicou que GE e ME estavam xingando a sua mãe sem motivo. Perguntei a GE e ME e eles confirmaram. Em seguida, perguntei qual o motivo da ofensa e se isso estava correto, me responderam que não tinham motivo, não era correto tal ofensa e disseram que parariam com tal atitude, cumprindo o prometido. Coloquei que para melhor andamento da atividade era necessário estipularmos regras e sugeri que acatássemos duas regras prévias citadas: não agredir verbalmente e nem fisicamente o colega e quando um colega falar, os outros devem escutar com atenção. Perguntei-lhes se teriam mais regras a serem colocadas e eles disseram que não. Então, retomei a importância de cada regra para melhor andamento da atividade e todos concordaram que seria interessante, pois não queriam que seu amigo lhe maltratasse. Perguntei quais seriam outros motivos para as regras e eles não fizeram nenhuma colocação.

Em seqüência, levantamos e eu expliquei que precisávamos formar grupos e que estes poderiam ser formados por mim ou poderíamos escrever os nomes no papel para sorteio. Não gostaram das possibilidades apresentadas, pois queriam formar o grupo por afinidade. Insisti, explicando que eles tinham que optar por uma das minhas colocações; pois minha intenção era evitar os grupos já pré-formados (as panelinhas) e favorecer a interação entre os alunos. A decisão dos alunos durou aproximadamente quinze minutos; pois GE insistia em ficar no mesmo grupo de MA; KU e FL se dispersavam a todo o momento e XI ficava zombando dos amigos. Coloquei que só continuaria a atividade se todos seguissem as regras pré-estabelecidas. Percebi que os alunos, um por um e começando por UH, começaram a tentar persuadir o colega a continuar com a atividade. Enfim, optaram que eu dividisse os grupos, assim ficando DA, UH, MA e XI

de um lado e SU, FL, KU e GE do outro. Expliquei que cada grupo escolheria dois “micos” para que todos integrantes do outro grupo os realizassem. O grupo da DA escolheu que outro imitasse um touro e um crocodilo; e o grupo da SU optou para o outro imitar uma “bichinha” e dançar *Break*. Este grupo excluiu a SU da escolha das prendas e eu coloquei que a escolha deveria ser feita levando em consideração a opinião de todos do grupo, mesmo assim KU insistia em excluir SU do grupo, falando para ela sair da roda e ir para o outro grupo. Expliquei, enfaticamente, que eu não aceitaria tal atitude, então o grupo parou e interagiu com SU. A opção pela imitação de “bichinha” foi percebida por mim como uma oportunidade para discutir e a opção do grupo foi aceita. Continuando a atividade falei-lhes para escolherem um líder que diria ao grupo oposto qual seria a prenda a ser paga. Os escolhidos foram UH e KU. Após a fala dos líderes falei que a atividade se chamava O Feitiço virou contra o Feiticeiro, ou seja, o mico escolhido pelo grupo seria realizado pelo próprio grupo. Todos riram e o primeiro “mico” pago foi do touro, todos realizaram e o grupo oposto riu. No momento de realizar o “mico” da “bichinha” apenas o KU não quis pagar a prenda, então coloquei que todos deveriam pagar e falei que só continuaríamos com atividade se KU realizasse a prenda. Expliquei, e discutimos que não deveríamos fazer aos outros o que não gostaríamos que fizessem com a gente; todos alunos tentaram persuadir KU a pagar a prenda. Enfatizei que era um combinado e que todos tinham concordado em seguir a regra pré estabelecida. Enfim, KU pagou a prenda e percebeu que seus amigos não estavam zombando dele e até ele riu muito da situação. Retomei o assunto de imitação da “bichinha” perguntei o que eles achavam de chamar os outros desse modo, ouvi deles que seria “engraçado”, “feio” e alguns alunos preferiram não falar. Para finalizar o assunto, coloquei que antes de ofender ou zombar de alguém, devemos nos colocar no lugar da outra pessoa. Outra prenda paga, sem nenhum empecilho, foi de imitar um crocodilo. Novamente na prenda de dançar *Break* KU relutou um pouco em não realizar, porém os alunos começaram a persuadi-lo e ele cedeu com certa rapidez, pagando a prenda.

Um fato curioso foi que UH a todo o momento tentava persuadir o grupo a seguir as regras para melhor andamento da atividade. DA e SU tentavam se afastar dos integrantes dos grupos, porém eu insistia na aproximação delas com seus respectivos grupos.

Para finalizar a atividade perguntei-lhes o que é mais vantajoso respeitar ou humilhar o amigo? Ouvi uma resposta unânime de que era respeitar. Então, pedi para eles falassem o que pensavam sobre o isto e me responderam que “não é legal humilhar para que o amigo não faça o mesmo com a gente” e “respeitar para o amigo ficar mais feliz”. Em continuação, pedi-lhes que pensassem o porquê que não ocorreu um respeito às regras que tínhamos estabelecidos para essa atividade e, neste momento, percebi que todos estavam prestando atenção em mim. Suponho que estavam refletindo sobre o que eu disse. Para finalizar, pedi para eles comentassem o que estavam pensando e XI falou “*que regra é muito chato*”. Aproveitei a oportunidade para perguntar a todos se concordavam com a colocação de XI; UH colocou “*que era chato, mas necessário para que a brincadeira (essa dinâmica) fosse feita*” e a maioria dos alunos concordou com ele; DA e SU falaram “*que é legal seguir regra para que os meninos não façam bagunça*”. Perguntei ao KU, que teve resistência em pagar a prenda, o que ele achava, respondeu “*que regra é chato*”, em sequência perguntei-lhe se elas são necessárias e porque, ele falou “*que sim*” e “*para que não vire zueira a brincadeira*”

Nessa atividade, destacamos alguns pontos para reflexão sobre a postura do professor:

- O estabelecimento e acordo de regras prévias são muito importantes, em qualquer dinâmica, atividade, jogos e etc..
- A intervenção face à conduta de um aluno depreciar verbalmente outro é fundamental;
- é preciso intervir na formação de grupos, possibilitando novas experiências aos alunos;
- o preconceito relacionado ao gênero precisa ser identificado e abordado;
- a escolha do líder pelos grupos precisa ser analisada e compreendida, a partir das características dos líderes e da dinâmica do grupo;
- é preciso criar situações em que os alunos possam reafirmar o respeito mútuo, por meio da reflexão sobre se colocar no lugar do outro antes de maltratá-lo;
- as atividades devem dar oportunidade para os alunos refletirem sobre seus próprios atos morais e que é vantajoso individual e coletivamente não fazer nenhum tipo de malefício à outras pessoas.

A segunda atividade do dia foi a Dinâmica da Flor, que teve duração de aproximadamente 15 minutos. Esta atividade foi realizada rapidamente, pois é uma dinâmica de curta duração e os alunos se organizaram muito bem

Sentamos em roda e novamente discutimos as regras, que consistia em quando um estivesse falando o restante ouviria com atenção e não deveria ocorrer nenhum tipo de agressão (física, verbal, etc.). Nesse momento, os alunos estavam calmos e me pediram para eu fazer a atividade rapidamente para eles poderem ir brincar no parquinho. Dividi a roda em dois grupos, o critério de divisão foi a localização em que estavam sentados: alunos da minha esquerda ficam num grupo e os da direita no outro. Entreguei para cada grupo um tubo de cola, um jornal para forrar o chão e uma flor de hibisco. Expliquei que o nome da atividade era Dinâmica da Flor e cada aluno deveria retirar um pedacinho da flor. Após o desmonte dela falei-lhes que teriam dois minutos para fazê-la voltar a ficar como antes. Terminado o tempo perguntei-lhes se conseguiram, me responderam que não. Então pedi que imaginassem se eu emprestasse a borracha de um deles, cortasse-a e devolvesse; indaguei-lhes se depois disto eles me emprestariam novamente a borracha? A resposta foi unânime que não, alegando a falta de cuidado com o material que não era meu. Reforcei a importância de ter cuidado para não estragar os materiais dos outros, principalmente dos amigos da escola e falei da importância de não “estragar” natureza que é nossa casa no Planeta Terra. Perguntei-lhes o que achavam quando viam alguém estragando a natureza e falaram que *“era feio”*, *“não gostaria que fizessem isso com as plantas das casas deles”* e *“que não era legal maltratar os cachorros da rua”*.

Na primeira atividade (O feitiço virou contra o feitiço), os alunos não cumpriram satisfatoriamente as regras pré estabelecidas. Porém, todos os alunos cumpriram as regras pré-estabelecidas na segunda atividade (Dinâmica da flor). Fomos ao parquinho, mas ficamos apenas cinco minutos e retornamos para sala de aula, pois os alunos tinham que arrumar a mochila e a sala de aula para poderem ir embora. Em sala descobri que a diretora tinha colocado um acordo que se eles se comportassem ganhariam, cada um, um lápis de cor no final da aula. A diretora me perguntou se eles comportaram, respondi que XI, FL e KU não cumpriram satisfatoriamente as regras combinadas das atividades e foram muito indisciplinados. GE e MA talvez merecessem, pois tinham se comportado um pouco melhor e seguido melhor as regras. Já SU, DA e UH cumpriram muito bem as regras estabelecidas. A diretora considerou minha

colocação e deu lápis de cor a SU, DA e UH; LA receberia caso se comportasse bem na aula do dia posterior; XI, FL e KU não receberiam por não terem cumprido com a regra pré-estabelecida. Coloquei aos alunos que o fato de alguns não receberem o lápis de cor era devido ao não cumprimento do acordo colocado pela diretora.

Alguns aspectos dessa atividade possibilitaram refletir que:

- a negociação das regras deve envolver um processo de diálogo e de trocas;
- as atividades devem possibilitar que os alunos se percebam como responsáveis pelos seus próprios atos e, principalmente, pela consequência deles;
- para o aprendizado moral, o uso de premiação deve ser repensado, pois pode não favorecer o desenvolvimento da moral autônoma
- é preciso criar situações para que os alunos vivenciem e discutam a necessidade de respeitar os pertences de outras pessoas, a natureza e os seres humanos, como integrantes da mesma.

Trilha dos sentidos no parquinho

Nesse dia havia 05 alunos presentes na aula e todos participaram da trilha. Após apresentações para saber como eles estavam, fomos ao parquinho da própria escola e expliquei-lhes como seria a atividade e eles ficaram empolgados com a idéia de andar pelo parquinho de olhos vendados. Em sequência, discutimos as regras e chegamos ao denominador comum: se eles ficassem se batendo, com tapinhas e chutes, eu pararia a atividade e voltaríamos para a sala de aula e se cumprissem corretamente as regras, ficaríamos o tempo restante da aula brincando no parquinho. Dividi os alunos em duplas: FL e UH, XI e GE, DA compôs dupla com a professora, por falta de um aluno que fizesse par, sendo um aluno definido pela dupla como condutor e outro como conduzido. Os alunos-condutores colocaram as vendas em seus respectivos alunos-conduzidos. Iniciou-se então o passeio pelo parquinho na tentativa de reconhecer o ambiente que eles tinham contato com o auxílio visual. A trilha não tinha um percurso a ser seguido por todos, Cada condutor levava seu conduzido por várias partes do parquinho. No decorrer da trilha, FL fingia não ouvir o que UH, seu condutor, estava lhe dizendo e queria sair correndo pelo parque e deitar no chão, desconsiderando o que eu e a professora falávamos. Já o XI agredia seu amigo-conduzido com tapinhas e fazia com que ele trombasse em obstáculos. Falei para ele que poderia machucar seu amigo e

ele diminuiu seus atos, mas mesmo assim insistiu e continuou a repetir a ação. Passados quinze minutos de atividade, coloquei no chão objetos que serviriam como obstáculos (jornal picado, garrafas pet, plástico-bolha) para que eles pudessem pisar e comparar com o pisar no solo sem obstáculos, entendido como sem “lixo”. Neste trajeto de pisar eu pedi a eles que ficassem descalços. FL e XI tiraram a venda e agrediram fisicamente seus parceiros. Então, esperei que DA terminasse de passar pelo trajeto e parei a atividade. Pedi que todos viessem para perto de mim e perguntei-lhes o porquê de eu ter parado a atividade. Não responderam e eu insisti. UH me respondeu que o motivo era porque alguns alunos estavam se agredindo. Em sequência, indaguei-lhes o que iríamos fazer agora e UH respondeu que iríamos voltar para a sala de aula. FL, XI e GE protestaram para continuar brincando no parquinho. Então, perguntei-lhes se eu estava castigado ou cumprindo o combinado que estipulamos antes do início da atividade. Eles não me responderam de imediato, insisti e UH falou que era o cumprimento do combinado. Reforcei enfaticamente que não era castigo e sim o cumprimento da regra que todos nós tínhamos concordado seguir. Perguntei a DA, que estava cumprindo o as regras pré estabelecidas, se ela achava certo ir para a sala mesmo tendo se comportado, respondeu “*que não era legal porque quem fez bagunça foram os meninos*”; então coloquei que era uma regra combinada por todos e o grupo deveria arcar com as consequências, mesmo que alguns alunos tivessem se comportado.

Antes do retorno a sala de aula, perguntei-lhes se eles conseguiriam passear pelo parquinho com os olhos vendados, sem condutores, e todos me responderam que não. Perguntei se caso eles não tivessem visão e precisassem de ajuda em que eles confiariam para conduzi-los: um amigo ou uma pessoa estranha. Salvo FL que insistia em deitar no chão e fazer piadas inoportunas, todos me responderam que seria um amigo. Para finalizar, enfatizei que é mais vantajoso confiar num amigo do que num estranho, apesar de alguns condutores dessa atividade insistir em fazer o conduzido esbarrar nos obstáculos da trilha. Comentei sobre a importância de não jogar lixo no chão e perguntei-lhes qual a sensação de pisar nos obstáculos e disseram que sentiram dificuldade em pisar nos obstáculos e no chão limpo é mais fácil. Destaquei rapidamente a questão do “lixo”, pois eles não realizaram esse pequeno trajeto da trilha com atenção. Por fim, os alunos regressaram a sala de aula e permaneceram nela por vinte minutos até o final do período de atividades na escola.

Alguns fatos relevantes dessa atividade indicaram que:

- é preciso diferenciar entre castigo e consequência estabelecida para o descumprimento das regras, sendo que castigo consiste na punição, retirando algo que o indivíduo gosta ou obrigando ele realizar uma tarefa que ele não queira; e a consequência consiste num ato e seguir um contrato pré estabelecido, bem como arcar com as consequências do não cumprimento das regras;
- o abalo na confiança no amigo influencia na afirmação do respeito mútuo;
- as relações interpessoais com os amigos nos levam a ponderar sobre ação moral que requer respeito mútuo e responsabilidade de dever;
- é preciso propiciar atividades nas quais os alunos reconheçam a importância de se confiar nas pessoas, sendo que no caso de pessoas estranhas, é preciso ficar atento e buscar conhecer suas intenções.

Horta e jardinagem

Essa atividade - horta e jardinagem- foi realizada em 03 encontros, com a participação de aproximadamente 07 alunos por atividade. Por ser uma atividade proposta pela professora, eu continuei a auxiliá-la e aos alunos nas tarefas de plantio e manutenção da horta e do jardim. O acompanhamento das primeiras atividades de horta e jardinagem teve por objetivo a observação; já, nessas 03 atividades o objetivo consistiu na intervenção, caso necessitasse, em situações específicas, especialmente de indisciplina e conflitos entre os alunos, através de questionamentos que possibilitassem a reflexão acerca de seus atos sobre se são vantajosos para si e para o grupo. Tal possibilidade de intervenção foi discutida previamente com a professora e ela concordou com minha proposta.

Nesses 03 encontros foram 02 para jardinagem e 01 para horta. Para a jardinagem fomos (professora, todos os alunos e eu) comprar as mudas na floricultura próxima à escola e o trajeto durou aproximadamente 10 minutos. Os alunos, de uma maneira geral, não se comportavam muito bem, desobedecendo a professora algumas vezes e mexeram nas plantas da floricultura, ficaram empurrando e fazendo chacotas do amigo. A professora interferiu, pedindo para que se comportassem e eles paravam. Agi com a mesma postura da professora pedindo, para eles se comportarem e eles atendiam.

Neste caso, observei desrespeito à regra colocada pela professora, mas não discuti isso com os alunos, pois não estávamos na escola.

No caso da jardinagem, percebi que os alunos estavam gostando mais que a horta, posso afirmar isso, pois eles ficaram empolgados e mais concentrados na realização do plantio das mudas do que nas atividades da horta do encontros anteriores. Apenas em alguns casos isolados, um aluno importunava o outro com comparações (como: “o meu é melhor”, “eu planto melhor”), então eu interferia, colocando que seria legal se alguém ficasse fazendo a mesma coisa com eles, logo respondiam que “não” e paravam com as atitudes.

A única atividade de horta ocorreu no dia da dinâmica das balas e foi realizada com êxito devido o estabelecimento de um acordo prévio entre eles e mim, com o aval da professora. Tal acordo consistiu na execução, através da cooperação, da retirada do “mato” da horta em aproximadamente em dez minutos. Eles executaram o trabalho da horta com rapidez e cooperação e, com o término da atividade, perguntei o que era melhor: trabalhar em grupo ou individualmente, responderam que era em grupo, pois o trabalho acabava mais rápido. Reafirmei, neste caso, a importância de se trabalhar cooperando com o amigo para que todos saiam beneficiados.

Alguns pontos são relevantes para reflexão:

- é preciso que sejam garantidas análise e reflexão sobre as situações vivenciadas;
- é preciso identificar “brincadeiras” que revelem falta de respeito mútuo entre os alunos e intervir, tentando levar os alunos a refletirem colocando se no lugar do outro;
- o respeito pela figura do professor pode gerar o cumprimento de regras e ordens, nos momentos iniciais, mas é preciso que este ocorra pela internalização de outros valores e regras;
- o acordo prévio é de suma importância para o cumprimento das regras;
- o exercício de cooperação é de suma importância para vivência em sociedade levando ao desenvolvimento moral do indivíduo e
- é preciso intervir para gerar reflexões com os alunos sobre seus atos, sobre se é vantajoso para si e para o grupo.

Soltar pipas

Essa atividade foi desenvolvida em 03 encontros, 02 para a confecção das partes das pipas e 01 para empiná-las. Não foi necessária a confecção, pois a escola já tinha pipas e fizemos as rabiolas, colocamos cabresto e envergamos todas as pipas. Tal atividade de confecção foi realizada pelos alunos, pela professora e por mim.

No primeiro encontro, estavam presentes 05 alunos em sala de aula e no segundo encontro 06 alunos. Durante as atividades, os alunos cooperaram entre si e trabalharam em grupo. A professora apenas chamou a atenção de KU por ele insistir em fazer uma rabiola maior que as outras e ele relutou de início, mas compreendeu pela argumentação da professora que todas rabiolas deveriam ter o mesmo tamanho, pois as pipas seriam sorteadas e deveriam estar semelhantes para que os alunos não disputassem por uma ou outra em especial. A professora e eu optamos por fazer sorteio das pipas no dia de soltá-las no Lageado para que não houvesse disputa na escolha das pipas, pois cada pipa tinha cor diferente da outra.

No Lageado, a atividade teve duração de aproximadamente uma hora. Ficamos num espaço de gramado grande. Um fato interessante que ocorreu foi que ao começarmos a empinar as pipas, a do XI estourou a linha e enroscou no fio elétrico e esse aluno ficou o tempo todo soltando pipa juntamente com a DA, em plena cooperação.

De início, os alunos estavam um pouco agitados e enroscando algumas pipas nas outras, passado uns trinta minutos todos estavam calmos e concentrados em empinar suas respectivas pipas. Para mim ficou evidente, pelos sorrisos e comentários, que os alunos se divertiram muito com a atividade. Percebi que ocorreu cooperação e principalmente respeito mútuo entre os alunos.

Essa foi a atividade de encerramento que realizei com os alunos. Foi muito gratificante ouvir deles que gostariam que as atividades continuassem.

A partir desta atividade, podemos refletir sobre:

- a relação entre cooperação e objetivo coletivo comum;
- a necessidade de desenvolver atividades que possibilitem a construção de objetivos coletivos comuns e
- a necessidade de criar situações em que os alunos compartilhem e sejam solidários, construindo uma postura coletiva e superando a individual.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise global das atividades permite considerar que os alunos se mostraram dispostos a participar de todas as propostas e que a participação da professora foi de extrema importância. Tais fatores, postura dos alunos e da professora, favoreceram o desenvolvimento das atividades.

A relação com os alunos teve por base o respeito. Percebemos que eles se dirigiam a mim como professor e em nenhum momento ocorreram ofensas e desrespeito de ambas as partes. Minha postura foi de respeito e sinceridade para responder todas as perguntas que os alunos fizeram, procurando dar atenção a todos. Em relação à professora, as trocas de informações foram de grande valia para as análises das atividades e a professora me possibilitou autonomia para conduzir as atividades, auxiliando no desenvolvimento das mesmas.

É relevante analisar, de uma maneira geral, a pertinência e efetivação dos quatro princípios gerais das atividades realizadas:

- foi de suma importância, considerar as experiências morais prévias dos alunos para que fosse levantado como os alunos reflexões sobre o tema moral, visando o favorecimento do desenvolvimento moral. Tais conhecimentos prévios possibilitaram a abordagem em determinados aspectos como cooperação, respeito mútuo, respeito às regras, etc.;
- a coletividade foi enfocada nas atividades, no sentido da abordagem das situações no âmbito coletivo, porém não desprezando a individualidade de cada aluno. Com os alunos, a coletividade foi aflorada quando eles tinham um objetivo comum, como no caso da confecção das pipas, acarretando um excelente exercício do ato cooperativo.
- a relevância da dimensão lúdica das atividades foi explicitada e confirmada nas atividades/dinâmicas pelo envolvimento e prazer demonstrados pelos alunos;
- o diálogo foi de suma importância para o exercício coletivo da reflexão sobre vontades, deveres, restrições, regras, ações individuais e coletivas, tendo assim repercussão na conduta moral.

A partir da análise das atividades desenvolvidas, identificamos alguns aspectos que devem ser objetivos da ação dos professores:

- a formação de grupos e a construção da dimensão coletiva;

- a superação de noções incorporadas apenas no discurso dos alunos;
 - a construção da cooperação e da solidariedade;
 - o estabelecimento de acordo de regras prévias;
 - a problematização de atitudes preconceituosas e depreciativas;
 - a construção do respeito mútuo
 - o estabelecimento do diálogo e de trocas;
 - o reconhecimento de suas ações e conseqüências dessas ações e
- a internalização de outros valores e regras que possibilitem o desenvolvimento da moral autônoma

Para isto, o professor precisa propor situações de vivência e de reflexão, pois o desenvolvimento moral é conseguido por meio de um processo em que se faz necessária a reflexão dos atos e que envolve a passagem por estágios ao longo da vida do indivíduo, que se apresenta em constante mudança interna através de relações com ambiente social ao seu redor.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento moral não é uma responsabilidade apenas da família, é também da escola, principalmente do professor. O processo educativo é de suma importância para formar indivíduos capazes de lidar com conflitos, gerenciar incertezas, incorporar autonomamente regras universais, questionar de maneira consciente regras sociais, formar melhores julgamentos perante as circunstâncias, ter responsabilidade do dever, aplicar o senso de justiça, apoderar-se do respeito mútuo que resultará na cooperação, e etc.

O objetivo do projeto consistiu em possibilitar situações e reflexões aos alunos sobre as ações morais favorecendo, assim, seu desenvolvimento moral dos mesmos.

Não houve a intenção de identificar (e classificar) os alunos nos níveis e estágios de desenvolvimento sugerido por Kohlberg. Porém, foi possível identificar, de forma superficial e inicial, algumas relações entre a postura assumida ao longo das atividades pelos alunos e os estágios propostos por Kohlberg, inferindo que eles detêm um considerável respeito às regras e à postura da autoridade. O respeito pela autoridade da professora, da diretora, da coordenadora e da minha, através de obediência às regras não criadas por eles, indica que eles têm um considerável respeito a figura do outro; caracterizando a moralidade heterônoma, ou seja, aceitação moral pelo reconhecimento

da autoridade. Ao longo das atividades percebi que os alunos burlam as regras com frequência, acatando-as plenamente quando havia um objetivo em comum, o que pode ser interpretado a partir da compreensão do segundo estágio do primeiro nível, proposto por Kohlberg, onde ocorre uma procura por recompensa.

Ao longo das atividades foi abordado que a obediência às regras leva a uma aprovação do indivíduo perante as pessoas as quais nos relacionam-se, caracterizando o reconhecimento do outro e construção do respeito pela lei e ordem; visto no nível Convencional. Podemos inferir que os alunos, de maneira inicial, indicaram reflexões sinalizadoras de elementos existentes nesse nível.

Buscamos, ainda, estimular os alunos para refletirem sobre seus atos, por meio do exercício de pensar, se colocando no lugar do outro para poder compreender o ponto de vista alheio. Este exercício favorece o reconhecimento das diferenças do outro, podendo proporcionar a ação de respeito pelas características individuais pra melhor convívio coletivo e o desenvolvimento do respeito mútuo, que é adquirido com o processo de aquisição da autonomia individual.

A solidariedade envolve o reconhecimento das vontades e necessidades do outro, gerando uma maior probabilidade de exercermos o papel de cooperação e, nas atividades, isto foi visível na situação em que um aluno perdeu sua pipa (na atividade desenvolvida no Lageado) e foi chamado pela aluna para empinar pipa com ela. Essa situação possibilitou o exercício da postura de solidariedade e acolhimento do amigo.

A partir de discussões de possíveis situações (semelhantes às atividades que desenvolvidas) que abordem dilemas morais e gerem reflexão sobre a tomada de decisões pode-se proporcionar ao aluno uma possibilidade de aprendizagem de lidar com incertezas gerenciando possíveis conflitos e possíveis consequências dos mesmos. Tais oportunidades geradas pelas atividades desenvolvidas possibilitaram presenciar, refletir e discutir em grupo, favorecendo o desenvolvimento moral individual e contribuindo para o constante aprimoramento individual para uma melhor vivência em sociedade.

A partir do reconhecimento das características e necessidades dos alunos, compreendo que escola de educação especial, assim como na escola regular, é imprescindível que intervenções pedagógicas sejam realizadas para favorecer o desenvolvimento moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos um tema muito complexo de ser trabalhado, que é o desenvolvimento moral acerca das inter-relações pessoais. Porém, o constante desenvolvimento é de suma importância para a formação moral da pessoa que está inserida numa sociedade. Nesta o indivíduo exerce um papel acerca das relações que exerce com outras pessoas. As inter-relações são permeadas por regras morais universais, que são admitidas pelo indivíduo em prol uma vivência coletiva mais harmoniosa. Ademais, o indivíduo, inserido na sociedade, é responsável pela sua conduta moral e principalmente pelas consequências dos seus atos, sendo estes vistos como positivos ou negativos aos olhos da coletividade. Assim, a ação moral deve ser baseada na noção de dever e em princípios morais universais.

A escola possibilita inúmeras e constantes relações interpessoais, ela é *“um ponto de encontro de pessoas de diferentes idades e procedências, com diferentes papéis que se relacionam e que se influenciam de forma intencional”* (MASSAGUAER, 2002, p. 66) e por isso é pode constituir-se em espaço privilegiado para favorecer o desenvolvimento moral .

No entanto, podemos considerar que o desenvolvimento moral na escola ainda precisa ser colocado como objetivo das ações e interações pedagógicas.

Na escola, muitas vezes, este tema não é problematizado e discutido pelos alunos e situações “problemas” são resolvidas, rapidamente, pela ação de professores ou gestores, da melhor forma possível naquele momento. Outro aspecto a ser considerado é que o discurso sobre questões morais não é compatível com as ações realizadas, por exemplo: muitos professores exigem que seus alunos sigam determinadas regras que nem eles mesmos seguem; outros dizem que humilhar o amigo de classe é uma postura abominável e humilham o aluno quando se referem a ele como incapaz, problemático, a má influência da sala e etc. Podemos apontar, ainda, a necessidade de investimentos mais efetivos na construção de relações mais positivas entre os alunos, pautadas no diálogo, na participação, na cooperação, solidariedade e coletividade, pois como afirma Massaguer (p.69), *“O diálogo e a participação são procedimentos que progridem com o uso e que nunca têm limite, porém devem ser canalizados por estruturas dotadas de seriedade e rigor...”*

Certamente, a questão fundamental é que:

A escola não pode esquecer que toda prática verdadeiramente pedagógica tem por finalidade o desenvolvimento da pessoa e o fortalecimento do eu. Sua intenção, portanto, tem de ser levar o aluno a fortalecer sua auto-estima, ter confiança em si e nos outros, ter respeito próprio. E, assim fortalecido, pode ser solidário em suas relações (ALMEIDA, 2002, p. 85).

Uma possibilidade para a efetivação da educação moral na escola é a mudança de postura do professor para um ensino em que se não priorize apenas a aquisição de conhecimentos científicos, mas que possibilite a reflexão sobre questões morais e exijam a cooperação e respeito mútuo.

Por meio do desenvolvimento de atividades, com finalidades claras, a educação moral pode possibilitar ao indivíduo a reflexão sobre seus atos e as conseqüências destes para si e para os indivíduos que se relaciona, favorecendo uma melhor convivência com as pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L.R. Wallon e a educação. IN :MAHONEY, A. A. e ALMEIDA, L.R. de **Henri Wallon .Psicologia e Educação**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002

ARANHA, M.L.A.; MARTINS, M.H.P. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.

BATISTA, M.W.; ENUMO, S.R.F. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. **Estud. psicol. [online]**, Natal, v. 9, n. 1, p. 101-111, 2004.

BEE, H.L.; MITCHELL, S.K. **A Pessoa em Desenvolvimento**. São Paulo: Harbra, 1986.

BIAGGIO, A.M.B. Kohlberg e a "Comunidade Justa": promovendo o senso ético e a cidadania na escola. **Psicol. Reflex. Crit. [online]**, Porto Alegre, vol.10, n.1, p. 47-69, 1997.

DALBOSCO, C.A. Da pressão disciplinada à obrigação moral: esboço sobre o significado e o papel da pedagogia no pensamento de Kant. **Educ. Soc. [online]**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1333-1356, 2004.

FONTANA, D. **Psicologia para Professores**. São Paulo: Loyola, 1998.

FREIRE, M. **Paixão de Aprender**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, L.B.L. Piaget e a consciência moral: um kantismo evolutivo. **Psicol. Reflex. Crit. [online]**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 303-308, 2002.

LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 10ª ed. São Paulo: Summus, 1992.

LIPMAN, M. **O pensar na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995

MASSAGUER, M. A. A escola é nossa. O Diálogo e a Confiança Mútua: Instrumentos para a Convivência e a Disciplina no Ensino Fundamental. IN: ANTÚNEZ, S. et al. **Disciplina e convivência na instituição escolar**. Porto Alegre: ArtMed, 2002

MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I.M. **Por que planejar? Como planejar? Currículo – área – aula**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MIRAS, M. Um ponto de partida para a aprendizagem de novos conteúdos: os conhecimentos prévios. In: COLL, C.; MARTÍN, E. et al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1996.

MANTOAN, M.T.E. Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. **Cad. CEDES [online]**, V. 19, n. 46, 1998.

NEVE, T.R.L.; MENDES, E.G. Conselhos de defesa de direitos de pessoas com deficiência: um exercício de cidadania, p.35, In: COSTA, M.P.R.; DENARI, F.E. et al. **Educação Especial: Diversidade de Olhares**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.

PÉREZ SERRANO, G. **Educação em Valores: como educar para a democracia**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIAGET, J. **O Juízo moral na criança**. 4ª ed. São Paulo: Summus, 1994.

RIBEIRO, Maria José de Andrade. **O olhar diagnóstico da educação: Zezinho invisível nas aparências**. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Ciências e Práticas educativas, Universidade de Franca. Franca, SP, 2000.